

EDITORIAL

Saúde Planetária: um passo além do *Environmental, Social e Governance* (ESG)

HÉLIO ARTHUR REIS IRIGARAY ¹

FABRICIO STOCKER ¹

RENATA ANDERSON ²

¹ FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV EBAPE) / ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, RIO DE JANEIRO – RJ, BRASIL

² SKILL DEMAND ENERGY, OREGON – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

As universidades e as escolas de negócio de todo o mundo têm se promovido como o espaço onde problemas complexos são resolvidos, incluindo-se os desafios e oportunidades impostos pelo Antropoceno, nomeadamente os impactos da humanidade nas condições biofísicas da Terra. Se, por um lado, a saúde do cidadão global médio teve uma melhora ao longo do século passado, o que aumenta nossa expectativa de vida; por outro, a estabilidade dos sistemas de suporte à vida do nosso planeta foi reduzida drasticamente, colocando em risco os ganhos recentes de saúde pública e desenvolvimento.

Poluição do ar, água e solo em escala global; escassez de terra arável e água doce; mudanças generalizadas no uso e cobertura da terra; degradação dos sistemas marinhos: estas são algumas das alterações ambientais antropogênicas que afetam a qualidade do ar que respiramos e da água que bebemos, a qualidade e quantidade dos alimentos que produzimos, nossa exposição a doenças infecciosas e até a habitabilidade dos locais onde vivemos. De fato, há fortes indícios de que estamos enfrentando a sexta extinção, em massa, da vida na Terra.

O atual sistema econômico é um dos principais impulsionadores das mudanças climáticas e perda de biodiversidade: ambas representam ameaças substanciais à saúde humana. Neste momento crucial para a humanidade, quando nenhum país está atendendo às necessidades básicas em um nível globalmente sustentável, novas abordagens, como economia ecológica, saúde pública e saúde planetária, ressurgem e lançam um olhar sobre como refletir de maneira crítica e resolver os atuais problemas da sociedade e do planeta (Brand-Correa et al., 2022).

A Saúde Planetária é um campo em crescimento, no qual se reconhecem as complexas interações entre a degradação dos sistemas naturais do planeta, consequência da atividade humana, e os impactos na saúde humana.

Não há dúvida de que nosso ambiente global está mudando: estamos presenciando os anos mais quentes já registrados, o desaparecimento mundial de polinizadores, o colapso global da pesca e uso de cerca de metade da superfície habitável do planeta para produção de alimentos.

As mudanças nos sistemas naturais de suporte à vida já estão afetando nossa saúde e tendem a constituir a maior parte das causas das doenças no próximo século, atingindo mais duramente as pessoas mais vulneráveis nos dias atuais e as gerações futuras.

Os processos educativos devem reconhecer as desigualdades estruturais e como as injustiças históricas e políticas, incluindo colonização, supremacia branca, racismo, patriarcado e capitalismo ou neoliberalismo, contribuíram para a privação de direitos das populações e um ambiente degradado. Os futuros profissionais do campo de saúde planetária devem ser capazes de reconstruir as instituições (por exemplo, leis, assistência médica e educação) que promovem e reproduzem desigualdades e moldam as condições de vida planetárias (Guzmán et al., 2021).

Não é mais viável que universidades, escolas de negócios e empresas se fechem em feudos e acreditem que as políticas de *Environmental, Social e Governance* (ESG), conceito proposto em 2004, darão conta de garantir os lucros e as operações das organizações, tampouco, no limite, a vida no nosso planeta.

As discussões sobre ESG têm se pautado sobre o retorno dos investimentos na área (Christensen, Serafeim, & Sikochi, 2022; Daugaard, 2020), a importância das suas métricas nos investimentos percebidos como socialmente responsáveis (Widyawati, 2020), a influência da pontuação ESG na medição do desempenho da sustentabilidade corporativa (Drempetic, Klein, & Zwergel, 2020), a origem e o significado do nome ESG *per se* (Eccles & Viviers, 2011), a relação entre governança corporativa e responsabilidade social corporativa (Aluchna & Roszkowska-Menkes, 2019), bem como a importância e o papel dos fatores ESG no processo de tomada de decisão financeira (Ziolo, Filipiak, Bąk, & Cheba, 2019).

A rigor, nada disso é novo (Irigaray & Stocker 2022), pois tais discussões sobre ESG jazem nas já existentes a respeito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ou Responsabilidade Socioambiental, as quais se originaram ainda no final do século XIX.

Originalmente, o papel das empresas, como entidades socialmente responsáveis, guardava similaridades com as premissas do socialismo utópico de Saint Simon, Fourier e Blanc. Na realidade, até hoje, há visões que associam as políticas e práticas de RSC a atos organizacionais voluntários. Friedman (1962) argumenta, por exemplo, que o papel central das empresas é gerar lucro e otimizar o retorno dos acionistas; por isso, qualquer investimento em práticas de responsabilidade social somente seria válido quando estivesse associado diretamente ao negócio focal da organização. Assim, sob esse olhar, deve-se distinguir entre a responsabilidade que diz respeito às organizações e aquela que cabe aos indivíduos. Estes têm toda a liberdade de gastar o seu dinheiro naquilo em que achar correto (ações de caridade, doações para igreja da comunidade em que vive). Já o dinheiro que não lhe pertence não é seu direito gastar; neste caso, o dinheiro dos sócios. Consequentemente, ao investir em práticas de responsabilidade social, o gestor estaria indo contra os interesses do acionista da empresa, pois seus lucros estariam sendo reduzidos, em detrimento de causas com as quais eles nem sempre compartilham (Friedman, 1962).

Além dessa perspectiva dos acionistas (*shareholders*), há ainda a das partes envolvidas (*stakeholders*), segundo a qual se defende que a prestação de contas de uma empresa deva, também, contemplar seus empregados, sindicatos, fornecedores, consumidores e a sociedade em geral (Freeman, 1994).

Não obstante o termo que se escolha, a empresa continua sendo o eixo central da discussão, na qual prevalece a visão instrumental, dado que suas atividades de cunho socioambiental devem sempre integrar sua estratégia, o que, por sua vez, geraria uma eficiente fonte de oportunidade, inovação e geração de vantagem competitiva.

Por isso, entendemos que é hora de discutirmos Saúde Planetária (*Planetary Health*), a qual consiste em um campo transdisciplinar orientado a elaborar soluções para os impactos das operações humanas nos ecossistemas do nosso planeta, visando garantir a saúde dos seres humanos.

A Saúde Planetária identifica soluções que ajudarão as populações, tanto humanas quanto animais, a promover a resiliência diante de ambientes em mudança (Guzmán et al., 2021).

No livro *Cloud Atlas*, um dos personagens afirma que “[...] nossas vidas não são nossas. Estamos ligados aos outros, passado e presente, e por cada crime e cada bondade, nós geramos nosso futuro” (Mitchell, 2004, p. 43, tradução nossa).

De fato, tudo está conectado. Portanto interferir nos sistemas naturais do nosso planeta nos afeta; nem sempre da maneira que esperávamos. Compreender esses desafios e agir sobre eles exigem uma colaboração além das fronteiras disciplinares e nacionais, no intuito de proteger nossa saúde.

Precisaremos de um esforço interdisciplinar para equacionar uma solução que garanta a nossa existência neste planeta, pois, desde 1950, a população humana aumentou quase 200%, o consumo de combustível fóssil em mais de 550%; o consumo de peixes em mais de 350%, devastamos quase metade das florestas temperadas e tropicais, apropriamo-nos de cerca de metade da superfície habitável do planeta para nos alimentarmos e, também, construímos barragens em cerca de 60% dos rios do mundo.

Nesse cenário, foi construída a *Planetary Health Alliance* (PHA), um consórcio de mais de 360 universidades, organizações não governamentais, institutos de pesquisa e entidades governamentais de todo o mundo, cujo compromisso é entender e abordar as mudanças ambientais globais e seus impactos na saúde.

A PHA defende que o papel das escolas de negócio é debater a administração pública e a gestão de negócios – e propor soluções – que contemplem a essência do conhecimento, valores e prática da Saúde Planetária: a interconexão na Natureza, o Antropoceno e a saúde, a equidade e justiça social, a construção de movimento e mudança de sistemas e o pensamento sistêmico.

Tomando em consideração as questões debatidas na PHA, concebemos este número do Cadernos EBAPE.BR, o qual inclui, ainda, a edição temática especial sobre **“Trabalho, migrações e mobilidade: um diálogo lusófono”**.

O primeiro artigo, **“As práticas sociais da imigração: o cotidiano da imigração de brasileiros na Dinamarca”**, escrito por Gabriel do Carmo Yamamoto e Elisa Yoshie Ichikawa, teve como objetivo geral compreender como as práticas sociais da imigração de brasileiros se organizam na composição do seu cotidiano em resposta às leis de imigração da Dinamarca. Nesse aspecto, os autores usaram uma abordagem baseada na prática, por meio da qual recorreram ao conceito de prática de Michel de Certeau. Este estudioso considera que pessoas comuns podem reinventar o cotidiano com a ajuda de táticas e astúcias incorporadas às suas formas de fazer, que são as práticas cotidianas.

Logo a seguir, tem-se a pesquisa apresentada por Leandro de Carvalho, **“Os entraves para a validação de experiências profissionais e a inserção produtiva de imigrantes em busca de refúgio: um estudo entre recrutadores(as) da Região Metropolitana de São Paulo”**. Realizada com profissionais que trabalham nos departamentos de recrutamento e seleção, seu objetivo foi captar as circunstâncias técnicas e subjetivas que poderiam interferir na validação da experiência e da qualificação dos(as) imigrantes em busca de refúgio, culminando na aprovação ou recusa dessas pessoas no processo de seleção

Já no terceiro artigo, **“Masculinidades hegemônicas como contrarresistência no contexto universitário”**, Aline dos Santos Barbosa, Marcello Romani-Dias e Heliani Berlato buscam analisar as facetas do exercício das masculinidades hegemônicas como meio de contrarresistência de jovens rapazes diante da ascensão de um coletivo feminista no contexto universitário.

No quarto artigo, **“Favela venceu! – Resistência veiculada em videoclipes de bregafunk”**, André Luiz Maranhão de Souza-Leão e Mariana Almeida de Souza Lopes debatem a produção musical como vetor responsável pela veiculação de ideologias, uma vez que gêneros se encontram intrinsecamente atrelados a discursos políticos.

Logo a seguir, no artigo **“Mídias sociais corporativas: um estudo a partir da perspectiva dos nativos digitais”**, Thais Lustosa Carreira, Jefferson Lopes La Falce e Diogo Henrique Helal abordam as percepções dos nativos digitais em relação ao uso de mídia social interna (ISM) em contextos corporativos.

No sexto artigo, **“Praticando a cidadania: criação e validação de uma escala de mensuração”**, Patrícia Trindade Caldas e Carlos Eduardo Cavalcante propõem uma escala para mensurar as práticas de cidadania de indivíduos validadas no contexto brasileiro.

O sétimo artigo, **“Gestão social sob o crivo da linguagem do direito na mediação entre mundo-da-vida e sistema”**, de Marilene de Souza Campos e José Roberto Pereira, traz uma análise a respeito de como a linguagem do direito mediatiza as relações entre mundo-da-vida e sistema, fundamentando teoricamente a gestão social ao colocar a sociedade como protagonista das ações públicas.

O oitavo artigo, escrito por Jefferson Rodrigues Pereira, José Vitor Palhares dos Santos e Alice de Freitas Oletto, **“Eu respeito seu amém, você respeita meu axé?': um estudo etnográfico sobre terreiros de candomblé como organizações de resistência, à luz de um olhar decolonial”**, tem como objetivo compreender como os terreiros de candomblé se organizam como resistência perante o racismo religioso.

Em **“Mulheres e carreiras gerenciais: a construção da identidade de líder em um ambiente corporativo masculino”**, Patrícia Maria Figueredo e Flávia Cavazotte analisam movimentos de reivindicação (*claiming*) de liderança exitosos, assim como fatores que viabilizaram a construção social da identidade de líder nas trajetórias de mulheres inseridas em uma empresa de tecnologia, segmento tradicionalmente masculino.

No décimo artigo, intitulado **“O processo de construção de valores sociais: revisitando o conceito de valor social do ponto de vista da tradição interacionista simbólica”**, Talita Ravagnã Piga e Silvia Marcia Russi De Domenico, revisitam, com base nas três vertentes do interacionismo simbólico (tradicional, contemporânea e estrutural), o conceito definido por Thomas e Znaniecki (1927, 2006). Com isso, propõem uma definição conceitual contemporânea do que seja valor social para prosseguir à formulação de um modelo teórico acerca do processo de construção de valores sociais, abrindo espaço para compreender a

dinâmica entre as diferentes estruturas da sociedade (macro) e a agência das pessoas (micro) na significação, na resignificação e até no abandono desses valores.

“**Olhares sobre a culpa no capitalismo moderno: um diálogo entre Deleuze-Guattari e Walter Benjamin**”, artigo escrito por Alessandro Gomes Enoque, cujo objetivo foi o de refletir acerca das conexões que podem ser estabelecidas entre a caracterização que Deleuze e Guattari fazem da “máquina capitalista civilizada” em seu *O anti-Édipo* e as análises que Walter Benjamin fez da “estrutura religiosa capitalista” no seu fragmento intitulado *O capitalismo como religião*, especialmente no que diz respeito à ideia de culpa.

Fechando esta edição com a seção de Estudos de Caso & Ensino, Richard Felipe Savisky, Jailson Lana e Raul Beal Partyka, em “**A dois passos do paraíso: o caso da Pousada Bravo House**”, relatam a história da Pousada Bravo House, em que dois irmãos, proprietários da pousada, encontram-se em um dilema: construir mais quartos adaptados na pousada ou locar um terreno próximo e construir tudo do zero para que não haja problemas com as instalações.

Desejamos que todas estas leituras nos ajudem a refletir sobre as múltiplas facetas e possíveis perspectivas da saúde planetária.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

- Aluchna, M., & Roszkowska-Menkes, M. (2019). Non-financial reporting. Conceptual framework, regulation and practice. In A. Długopolska-Mikonowicz, S. Przytuła, & C. Stehr (Eds.), *Corporate social responsibility in Poland: strategies, opportunities and challenges* (pp. 213-236). Cham, UK: Springer.
- Brand-Correa, L., Brook, A., Büchs, M., Meier, P., Naik, Y., & O'Neill, D. W. (2022). Economics for people and planet – moving beyond the neoclassical paradigm. *The Lancet Planetary Health*, 6(4), e371-e379. Recuperado de [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(22\)00063-8](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(22)00063-8)
- Christensen, D. M., Serafeim, G., & Sikochi, A. (2022). Why is corporate virtue in the eye of the beholder? The case of ESG ratings. *The Accounting Review*, 97(1), 147-175. Recuperado de <https://doi.org/10.2308/TAR-2019-0506>
- Daugaard, D. (2020). Emerging new themes in environmental, social and governance investing: a systematic literature review. *Accounting and Finance*, 60(2), 1501-1530. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/acfi.12479>
- Drempetic, S., Klein, C., & Zwergel, B. (2020). The influence of firm size on the ESG score: corporate sustainability ratings under review. *Journal of Business Ethics*, 167, 333-360. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04164-1>
- Eccles, N. S., & Viviers, S. (2011). The origins and meanings of names describing investment practices that integrate a consideration of ESG issues in the academic literature. *Journal of Business Ethics*, 104, 389-402. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s10551-011-0917-7>
- Freeman, R. (1994). The politics of stakeholder theory: some future directions. *Business Ethics Quarterly*, 4(4), 409-421. Recuperado de <https://doi.org/10.2307/3857340>
- Friedman, M. (1962). *Capitalism and freedom*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Guzmán, C., Aguirre, A., Astle, B., Barros, E., Bayles, B., Chimbari, M. ... Zylstra, M. (2021). A framework to guide planetary health education. *Lancet Planetary Health*, 5(5), E253-E255. Recuperado de [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(21\)00110-8](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(21)00110-8)
- Irigaray, H. A. R., & Stocker, F. (2022). ESG: novo conceito para velhos problemas. *Cadernos. EBAPE.BR*, 20(4), 1-4. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1679-395186096>
- Mitchell, D. (2004). *Cloud Atlas*. New York, NY: Random House Trade.
- Widyawati, L. (2020). A systematic literature review of socially responsible investment and environmental social governance metrics. *Business Strategy Environment*, 29(2), 619-637. Recuperado de <https://doi.org/10.1002/bse.2393>
- Ziolo, M., Filipiak, B. Z., Bąk, I., & Cheba, K. (2019). How to design more sustainable financial systems: the roles of environmental, social, and governance factors in the decision-making process. *Sustainability*, 11(20), 5604. Recuperado de <https://doi.org/10.3390/su11205604>

Hélio Arthur Reis Irigaray

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9580-7859>

Doutor e Mestre em Administração de Empresas pela FGV EAESP e PUC-Rio, respectivamente; Bacharel em Economia pela University of Northern Iowa, EUA; Professor Adjunto da FGV EBAPE e do programa CIM (Corporate International Masters), da Georgetown University, Washington, EUA; Líder do tema Diversidade e Relações de Trabalho, na linha de Gestão de Trabalho (ANPAD). E-mail: helio.irigaray@fgv.br

Fabricio Stocker

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6340-9127>

Doutor em Administração pela FEA/USP; Ph.D. em Management pela Erasmus University of Rotterdam; Pesquisador visitante na University of Amsterdam; Mestre em Administração pela UFPR; MBA pela FGV e pela London Business School; Economista e Administrador; Professor da FGV na graduação on-line, MBA e Pós-Graduação; Atua como Editor Adjunto no Cadernos EBAPE.BR. E-mail: fabricio.stocker@fgv.br

Renata Anderson

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4853-133X>

Doutora e Mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP), intercambio do mestrado na ESADE Business School; Bacharel em enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas); Diversity Specialist na Skill Demand Energy (SDE). E-mail: mrs.renataanderson@gmail.com